



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS  
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br  
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

## RELATÓRIO

Campinas, 21 de julho de 2025.

### COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

#### Protocolo e-SIC 401/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 401/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 22/05/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 10/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 23/06/2025 por Valéria Cristina Martins dos Santos Motivo: Necessidade de avaliação e ou complementação de resposta

**Solicitação**  
A Prefeitura Municipal de Campinas Secretaria Municipal de Saúde A/C: Ouvidoria do SUS – Campinas Assunto: Solicitação de Relatório da Fila de Espera para Exames e Especialidades – UBS Pe. Anchieta (Janeiro a Maio de 2025) Prezados(as), Com fundamento na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), venho respeitosamente **solicitar o relatório da fila de espera para exames e para atendimentos em especialidades médicas originados da UBS Padre Anchieta, no período de janeiro a maio de 2025.** Solicito que o relatório contenha, se possível: ☐ Número de pacientes aguardando por cada tipo de exame (ex: ultrassonografia, endoscopia, ressonância, exames laboratoriais específicos); ☐ Número de pacientes na fila por especialidade médica (ex: cardiologia, ortopedia, neurologia, endocrinologia, etc.); ☐ Tempo médio de espera por tipo de exame **especialidade**; ☐ Tempo máximo e mínimo de espera registrados no período; ☐ Quantidade de pacientes ainda aguardando agendamento ou realização no momento atual. Peço que os dados sejam encaminhados em formato digital acessível (preferencialmente planilha Excel ou CSV), para melhor análise e acompanhamento. Essa solicitação visa promover maior transparência sobre a eficiência do fluxo entre a atenção básica e os serviços especializados, além de contribuir para o controle social sobre a oferta de saúde no município. Agradeço desde já pela atenção e colaboração. Atenciosamente, Adriano Novo

A **Secretaria Municipal de Saúde (SMS)** ofereceu a seguinte resposta:

## DESPACHO

Campinas, 24 de junho de 2025.

Ao Gabinete da Secretaria de Saúde

Em atenção ao pedido de acesso a informação no âmbito da administração Pública, regulamentada pelo decreto municipal 22.170 de 08 de junho de 2022 tenho a informar, em consonância com Art. 4º do decreto municipal, o município de Campinas possui no Portal de Transparência acessado no endereço eletrônico <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/gestao-e-controle/pagina/portal-da-transparencia>

Neste portal, o cidadão tem acesso às informações referentes a contas públicas, convênios, emendas parlamentares, gestão de pessoas, fundos municipais, licitações e contratos, planejamento e prestação de contas, informações de saúde dos serviços e acesso a medicações.

Procedimentos de acesso a saúde estão disponíveis no portal de transparência e através do canal de comunicação 160.

Indicadores de saúde e prestação de contas específicas do fundo municipal de saúde estão disponíveis nos relatórios de RDQA e RAG disponíveis no portal de transparência, aba saúde e fundos municipais

Informações sobre convênios e contratos estão disponíveis no portal da transparência.

Em relação às demais informações solicitadas, indefiro a solicitação considerando a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e o inciso III do Art. 5º do decreto municipal por envolver trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados.

Respeitosamente,

Insatisfeito, o **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

Prezados(as),

A página informada na resposta à solicitação não está disponível. Conforme demonstram as telas anexas, ao digitar o endereço indicado, o portal exibe a seguinte mensagem:

"Não encontramos a página que você tentou acessar.

Faça uma pesquisa no Portal da Prefeitura para localizar o conteúdo!

Utilize o campo acima para pesquisar serviços, páginas, sites e notícias disponíveis no Portal."

Além disso, com o suporte da Secretaria de Controle, acessei o Portal da Transparência, mas verifiquei que este também não disponibiliza as informações requeridas por meio do E-SIC em questão.

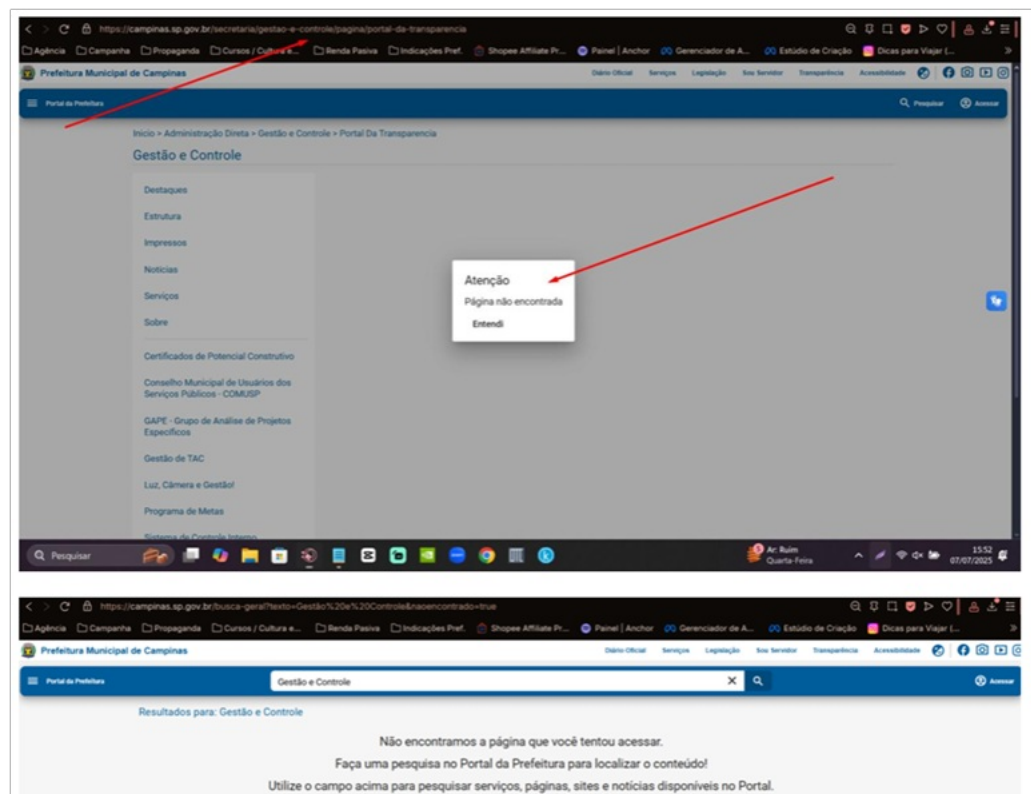
Ressalto que os dados solicitados não se enquadram como dados pessoais sensíveis, conforme definição do art. 5º, inciso III, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), tampouco identificam ou expõem informações pessoais de terceiros.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 - LAI), em seu art. 3º, estabelece como princípio fundamental a publicidade como regra geral e o sigilo como exceção. Ademais, o art. 7º da mesma lei assegura ao cidadão o pleno acesso à informação de interesse público.

Portanto, a negativa de acesso a dados públicos e não sensíveis pode configurar violação aos princípios constitucionais da publicidade e transparência, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, tal conduta pode, em tese, caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429/1992, por atentar contra os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade na administração pública.

Diante do exposto, requiro a imediata revisão da negativa e o consequente deferimento do acesso integral às informações solicitadas, sob pena de adoção das medidas legais cabíveis, incluindo a comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para apuração de eventual conduta irregular ou omissiva por parte do órgão responsável.

Ao recurso, o **RECORRENTE** anexou a tela de erro do Portal da Transparência Municipal:



O recurso, encaminhado à **SMS**, obteve a decisão, cujos trechos transcrevemos:

(...)

Quanto as informações sobre exames solicitadas de forma genérica mantenho indeferimento visto que o sistema de saúde realiza diferentes modalidades de exames, desde exames de imagem dinâmica e estáticas, exames clínicos diagnósticos consultas de diferentes modalidades de especialidades e subespecialidades dentre outros procedimentos de alta e média complexidade. O levantamento de todos esses exames (como solicitado de forma genérica) envolve análise em diferentes sistemas de dados e Departamentos sendo necessária a paralização da rotina de trabalho de mais de um servidor para realização de levantamento em bancos de dados. Além disso, todos estes sistemas possuem dados sensíveis dos usuários do sus e só podem ser acessados por profissional de saúde envolvido no cuidado do mesmo.

(...)



É importante registrar que o sistema regulatório é dinâmico, mudando diariamente com novas inserções de pacientes e saídas dos sistemas através do processo de agendamento.

Todos os encaminhamentos são avaliados por profissional Regulador que faz a ordenação dos casos e o agendamentos por classificação de risco. Casos de pacientes com descrição clínica apresentando critérios de prioridade são agendados antes dos casos com menor risco e prioridade. Porém guarda-se uma proporcionalidade garantindo o agendamento de todos os casos em fila a medida de disponibilidade de vagas.

Exposto esta dinâmica, torna-se inexequível o fornecimento da informação tal como solicitado pelo cidadão.

Seguimos a disposição para esclarecimentos e informação ao cidadão. Solicitamos que o mesmo possa encaminhar sua solicitação de forma mais específica, sem o uso de etc nas frases ou mesmo exames laboratoriais específicos (quais?). Reitero que frases como TODOS os exames, como justificado acima, torna a solicitação generalista dificultando a possibilidade de atendimento.

Irresignado, o **RECORRENTE** ingressa em 2ª e última instância, com exposição da fundamentação e pedido final, nas seguintes linhas:

A resposta fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde **não atendeu adequadamente ao pedido realizado**, descumprindo os princípios da publicidade, eficiência e transparência estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Acesso à Informação, pelos seguintes motivos:

1. **Falta de Indicação Precisa da Informação:**

A Secretaria limitou-se a indicar o link geral do Portal da Transparência (<https://transparencia.campinas.sp.gov.br>) **sem informar o caminho exato ou detalhamento para acesso às informações requeridas**. Diversas tentativas de busca foram feitas e **os dados não foram localizados**.

2. **Indicação Incorreta de Sistemas que Não Atendem ao Pedido:**

Foi indicado o CNES (<https://cnes.datasus.gov.br>), que **não apresenta dados sobre filas de espera, quantidade de pacientes aguardando exames ou especialidades médicas**, sendo um sistema meramente cadastral das unidades de saúde.

3. **Desvio Indevido para Atendimento Telefônico:**

Foi sugerido o contato pelo telefone 160, o que contraria a **finalidade do E-SIC**, que é garantir acesso desburocratizado à informação pública de forma eletrônica, **sem a necessidade de contato telefônico**.

4. **Indicação de Relatórios Irrelevantes ou Inacessíveis:**  
Foram mencionados os relatórios RDQA e RAG, os quais **não foram localizados no portal da transparência**, tampouco foi informado o passo a passo para encontrá-los, violando o dever de orientar o cidadão previsto no artigo 11 da LAI.
5. **Classificação Inadequada como Dado Sensível:**  
O pedido refere-se a dados estatísticos e quantitativos, como número de pacientes por tipo de exame e tempo de espera, **sem qualquer identificação individualizada de pacientes**, o que **não caracteriza dado sensível**. A LAI assegura o fornecimento de informações públicas, inclusive com uso de técnicas de anonimização quando necessário, o que sequer é o caso.

## Requerimento:

Diante do exposto, **reitero o pedido nos exatos termos do requerimento original**, requerendo o fornecimento das informações solicitadas em formato digital acessível (preferencialmente Excel ou CSV), nos seguintes parâmetros:

- Quantidade de pacientes em fila para cada tipo de exame e especialidade;
- Tempo médio, mínimo e máximo de espera;
- Número de pacientes ainda aguardando agendamento;
- De janeiro a maio de 2025.

Caso a informação solicitada **não exista**, solicito a **declaração formal da inexistência da informação**, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.

Requeiro o **total deferimento deste recurso**, para assegurar o meu direito de acesso à informação pública de forma clara, objetiva e eficiente.

É o Relatório do necessário.

**Compete a esta CMJRAI**, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.485/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO NÃO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

Isso porque a **SMS justifica que o pedido está formulado de forma genérica**, e que o sistema de saúde realiza diferentes modalidade de exames, desde exames de imagem dinâmica e estáticas, exames clínicos diagnósticos, consultas de diferentes modalidades de especialidades e subespecialidades, dentre outros procedimentos de alta e médica complexidade, cujo levantamento de todos os dados **envolve análise em diferentes sistemas de dados e Departamentos**, o que **requer a paralisação de trabalho de mais de um servidor**. Acrescenta que todos esses **sistemas são acessíveis por profissionais de saúde envolvidos**, por possuírem **dados sensíveis dos usuários do SUS**. A SMS orienta que o cidadão **encaminhe sua solicitação de forma mais específica, sem o uso de “etc” nas frases ou mesmo de exames laboratoriais específicos (quais?)**, reiterando que frases como **TODOS** os exames torna a solicitação generalista dificultando o atendimento.

Segundo o **Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que dispõe sobre a regulamentação dos pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/138963>, especialmente seu art. 5º, I e III, não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

Art. 5º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - **genéricos**;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - **que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade**;

IV - que contenham pedido de acesso à informação envolvendo mais de 1 (uma) secretaria ou entidade;

V - que configure solicitação de cópia integral ou parcial de documento ou processo administrativo, que possa ser atendida por solicitação de certidão de inteiro ou parcial teor, nos termos do [Decreto Municipal nº 21.799](#), de 25 de novembro de 2021.

§ 1º **Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação, obtenção ou tratamento de dados.**

Os dispositivos guardam semelhança com o **art. 13, incisos I e III, do Decreto Federal nº 7.724/2012**, que regulamenta a LAI em âmbito federal, a saber:

Art. 13. **Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:**

I - **genéricos**;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - **que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.**

(...)

Sobre essas hipóteses legais, colacionamos o **Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação** – Brasília 2017, pp. 6 e 10/11:

## 2.1 Pedido genérico

Um pedido de acesso à informação, para ser atendido e considerado como válido, deve permitir que a Administração identifique a informação que interessa ao cidadão <sup>1</sup>. No entanto, alguns cidadãos, quando realizam seus pedidos de acesso à informação, não os descrevem de forma delimitada e geram diversas dúvidas, como ilustrado abaixo.



**Figura 1: Pedido genérico**

**Fonte: Elaboração Enap**

Os pedidos genéricos são aqueles que não descrevem de forma delimitada (quantidade, período temporal, localização, sujeito, recorte temático, formato, etc.) o objeto do pedido de acesso à informação, o que impossibilita a identificação e a compreensão do objeto da solicitação. É um pedido que se caracteriza pelo seu aspecto generalizante, com ausência de dados importantes para a sua delimitação e seu atendimento. Nos termos do Decreto nº. 7.724/2012:

(...)



## 2.4 Pedidos que exigem trabalhos adicionais



**Figura 4: Pedidos que exigem trabalhos adicionais**

**Fonte: Elaboração Enap**

À primeira vista, os pedidos que exigem trabalhos adicionais podem se confundir com os pedidos desproporcionais. De fato, os objetivos são semelhantes, uma vez que se relacionam à manutenção da objetividade dos pedidos e ao resguardo do interesse público durante as atividades de resposta dos órgãos. Ainda assim, é possível apresentar, em linhas gerais, a diferença entre desproporcionalidade e necessidade de trabalhos adicionais.

A desproporcionalidade, como vimos, é avaliada em termos do possível ônus excessivo que o atendimento de pedido poderá gerar nas funções rotineiras do órgão ou da entidade pública. Nessa hipótese, é razoável que se analise não somente o volume de informações solicitadas como também a quantidade estimada de horas de trabalho e de servidores que seriam destacados para concretizar o atendimento do pedido, como a localização, a triagem e eventual tarja dos documentos.

Por meio da avaliação da desproporcionalidade, busca-se evitar que a resposta a uma solicitação prejudique as atribuições da instituição, podendo causar atrasos no cumprimento de outras atividades essenciais da instituição pública, cercear direitos fundamentais de outros cidadãos ou até inviabilizar o serviço de acesso à informação.



*Por sua vez, em relação ao não atendimento do pedido diante da necessidade de trabalhos adicionais, duas hipóteses são previstas no art. 13, III, do Decreto nº 7.724/2012:*

- a) trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações;*
- b) serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.*





A primeira hipótese está relacionada com a situação em que o órgão ou a entidade pública possui as informações solicitadas, mas elas não estão dispostas nos moldes pretendidos pelo cidadão. Diversos aspectos podem configurar a divergência entre a pretensão do solicitante e a forma como a instituição dispõe da informação. Um exemplo dessa situação é o caso em que o cidadão demanda a organização dos dados em modelo, software ou indicadores não existentes no órgão ou entidade pública.

No segundo caso, pode-se indicar a hipótese em que a resposta ao pedido demande atividades (como a coleta, o agrupamento e a análise de documentos) que não estejam dentre as competências da instituição.

Nas duas hipóteses, o órgão ou a entidade pública deve indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados. Entretanto, caso o órgão recorrido tenha conhecimento de que, dentre as informações sobre as quais o cidadão fará sua pesquisa, existam informações de caráter sigiloso ou protegidas por salvaguardas legais, o cidadão não poderá ter acesso direto a tais informações, podendo pesquisá-las somente após trabalho de análise e triagem que oculte as partes sigilosas.

Assim, compreendendo a justificativa da SMS de que as informações solicitadas se afiguram genéricas e que envolvem trabalhos adicionais de análise e tratamento de dados constantes em banco de dados restritos, **o Município está desobrigado de produzir a informação nos moldes requisitados.**

Nesse norte, **VOTO PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO**, nada obstando a que o interessado, querendo, possa formular novo pedido mais específico.

**Esse o voto**, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022). <sup>[i]</sup>

**FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE**

Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

<sup>[i]</sup> (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 21/07/2025, às 17:25, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **15535659** e o código CRC **AA2B86A9**.